

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E  
GÊNEROS – GEPEM

19 a 21 de novembro de 2019  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT 1) Gênero, Identidade e Cultura

**“NOVA CAPOEIRAGEM DA MULHER”: A ATUAÇÃO  
FEMININA NA PRÁTICA DA CAPOEIRA EM BELÉM NO  
FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

Lucenilda dos Santos Passos/UFPA

Luiz Augusto Pinheiro Leal/UFPA

## RESUMO

O presente trabalho trata da atuação das mulheres na capoeira no final do século XIX e início do XX em Belém. Através dos relatos jornalísticos, a literatura e os Códigos de Postura e Penal. Sendo analisadas ações desempenhadas por elas nos espaços públicos; como o trabalho no meretrício, e o envolvimento delas na capoeira, logo, essas práticas segundo o poder público tinham ligação direta com a vagabundagem, portanto, consideradas perigosas para os esplendores moral da cidade, sugeridas pelas camadas privilegiadas que almejam o progresso e a civilização. Desse modo, será feita uma abordagem envolvendo autores como SALLES e LEAL para desenvolver o debate em torno da história social da capoeira no Pará republicano, tecendo uma relação com autoras como PERROT, RAGO, SOIHET, SAFFIOTI, HOOKS, GONZALEZ, ARAÚJO, FOLTRAN entre outras que contribui no debate de gênero e na construção das narrativas femininas na historiografia, dando visibilidade a elas como sujeitos históricos.

**Palavras chaves:** Mulher na Capoeira. República Paraense. Códigos de Postura.

## ABSTRACT

This paper deals with the performance of women in capoeira in the late nineteenth century to the twentieth in Belém. Through journalistic reports, literature and the Posture and Penal Codes. Being analyzed actions performed by them in public spaces; as the work in the harlotry, and their involvement in capoeira, so these practices according to the public power were directly linked to vagrancy, therefore, considered dangerous to the moral splendors of the city, suggested by the privileged layers that crave progress and civilization. . Thus, an approach will be made involving authors such as SALLES and LEAL to develop the debate around the social history of capoeira in republican Pará, weaving a relationship with authors such as PERROT, RAGO, SOIHET, SAFFIOTI, HOOKS, GONZALEZ, ARAÚJO, FOLTRAN among others contribute to the gender debate and the construction of female narratives in historiography, giving visibility to them as historical subjects.

**Keywords:** Woman in Capoeira. Paraense Republic. Posture Codes.

# **“NOVA CAPOEIRAGEM DA MULHER”: A ATUAÇÃO FEMININA NA PRÁTICA DA CAPOEIRA EM BELÉM NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

## **“NEW CAPOEIRAGEM OF WOMEN”: THE FEMALE PERFORMANCE IN THE PRACTICE OF CAPOEIRA IN BELÉM IN THE LATE NINETEENTH AND EARLY TWENTIETH**

Lucenilda dos Santos Passos/UFGA

Luis Augusto Pinheiro Leal/UFGA

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho analisa a questão da atuação das mulheres capoeiras na cidade de Belém no final do século XIX e início do XX. Esse período corresponde a chamada época do “Ouro Negro” no Pará devido ao progresso decorrente da economia gomífera na Amazônia, e as significativas transformações nas áreas da economia, cultura e urbanização. Portanto, as pessoas pertencentes às camadas privilegiadas de Belém, aspiravam ao modelo comportamental baseados em princípios eurocêntricos. Logo, essas mudanças iriam além das transformações na arquitetura da cidade, portanto, implicaria diretamente nos hábitos sociais e morais dos seus moradores, sejam eles dos segmentos privilegiados ou não.

#### **1. Um breve contexto de Belém na virada do século XIX para o XX**

O período que consiste no final do século XIX e início do XX em Belém, foi marcado pela economia da borracha amazônica. A renda gerada pela comercialização do produto teve grande impacto no que consistiu o processo de reordenação da cidade, principalmente no que diz respeito à estética, higienização, cultura e a economia dessa urbe. Essas transformações ocorreram com mais força no governo do Intendente Antônio José de Lemos que se deu do ano de (1897 – 1911), que foi considerado um dos principais responsáveis pelo processo de modificações da capital paraense.

Segundo a autora Almeida;

[...] No decorrer da segunda metade do século XIX a cidade vivenciou mais intensamente o processo de modernização e urbanização, sob o impulso do desenvolvimento da economia da borracha.

Inúmeras casas foram edificadas, desde a Alfandega até o Forte do Castelo. Ruas passaram por melhoramentos. A cidade modificava-se sob o impulso de um imaginário de progresso semelhante ao que se verificava nos chamados centros avançados do Brasil e do mundo. (ALMEIDA, 2003, p. 1)

Segundo Leal (2008, p. 31), nessa virada do século XIX essas modificações transformaram as cidades de Belém e Manaus, isso por conta do processo da comercialização da borracha Amazônica, sendo Belém um centro de exportação do produto através de seu porto.

Nesse momento, Belém entra em uma nova fase de transformações que estavam contidas em componentes estruturantes nas ideias europeizadas, onde as modificações tanto na arquitetura quanto nos hábitos culturais paraenses deveriam se encaixar no que consistia ser civilizado para a construção de uma Belém moderna aos olhos dos grupos privilegiados. Por isso, o Intendente do Pará Antônio Lemos, desenvolveu políticas de reordenamento. Durante sua gestão, ele pontuou parâmetros ligados com a concepção higienistas, logo, esse modelo urbanístico foi baseado em um conjunto de ações que modificariam a forma de vida da população. Sobre isso, Dias e Chaves, escreveram que:

Observa-se que toda essa mudança de dinâmica não se relacionava somente a tectônica das obras, tampouco a sua reorganização logística interna. A mentalidade popular, sob a égide lemistá, passou por uma padronização higienista e civilizatória que artificializou diversas interações sociais e formas de consumo e comércio. (DIAS, CHAVES, 2017, p. 6).

Com isso, essas transformações no cenário urbano da capital paraense possui sua gênese com o impulso da economia da borracha. Cria-se então, novas fisionomias que implicaram nas construções e reformas na área de edificações de Belém. A seguir, veremos 2 espaços que estavam contidos no processo de modificação, que visava o embelezamento da cidade, segundo os parâmetros dos segmentos privilegiadas.

Imagem 1- Mercado de Ferro e Docas do Ver-o-Peso



Fonte: Belém. Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renourd, 1902.

Imagem 2- Mercado Municipal



Fonte: BELÉM DA SAUDADE: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém, Secult, 1996. (B.S.).

A escolha por esses espaços como o Mercado de Ferro e Doca do Ver-o-Peso (imagem 1) e o Mercado Municipal (imagem 2) não foram propositais; a seleção delas, esta relacionada porque esses lugares passaram pelo processo de reforma baseada nos princípios de modernidade e também foram os espaços “mais frequentado pelos praticantes de capoeira” (LEAL, 2008, p. 74).

As reformas e a construção desses lugares davam uma nova cara para as capitais brasileiras. Por isso, “ao mesmo tempo em que construções consideradas modernas eram elevadas os casebres populares, na maioria das vezes feitos em barro e palha, eram removidos em nome da civilização e do progresso” (LEAL, 2008, p. 33) essas mudanças seriam necessárias para demonstrar que Belém estava inserida no modelo proposto por uma elite que visava à modernidade. Sobre isso, Leite descreveu que:

Em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora. Sempre que se mostrou necessário, os trechos mais antigos das cidades foram inteiramente destruídos e transformados, dando lugar as novas construções, então erguidas seguindo os preceitos idealizados pelas elites e em perfeita consonância aos modernos estilos arquitetônicos. (LEITE, 1996, p. 13).

Precedido de tal, esses fatos levaram Belém a se transformar não somente na parte arquitetônica da cidade, a vida das pessoas foi simultaneamente afetada, principalmente daquelas que eram pertencentes das camadas populares. A exemplo disso, em virtude do processo de reordenação de Belém, espaços que antes eram habitados pelos populares, acabaram sendo valorizados, logo, essas pessoas tiveram que “ir morar cada vez mais longe do centro da cidade. Passaram a ocupar áreas alagadas que até então não eram valorizadas como morada burguesa” (LEAL, 2008, p. 32). Isso ocasionou um inchaço demográfico em bairros considerados periféricos, como Jurunas e Umarizal (LEAL, 2008). Como podemos ver no mapa I, os bairros como a Cidade Velha, Umarizal, Jurunas e Canudos que até aquele período eram vistos como periferias.

Imagem 3- Mapa I: Principais Bairros de Belém em 1905



Legenda
01- Cidade Velha
02- Umarizal
03- Jurunas

Fonte: Planta da cidade de Belém com base na planta original feita na administração do intendente Municipal Antônio Lemos- Por José Sydrim, desenhista municipal, 1905 (Belém da Saudade, 1996).

Além desses transtornos relacionados à moradia, as práticas como as heranças culturais negras e indígenas ou mesmo trabalhos considerados informais exercidos nas ruas, foram vistos como inapropriados para a modernidade burguesa que se estabelecia. Pois, nesse momento, as pessoas deveriam se enquadrar nos critérios que eram considerados civilizados para os novos hábitos que estavam surgindo. Viagens ao estrangeiro, idas a cafés chics, passeios em praças, cinema, teatros, eram algumas das programações consideradas civilizadas segundo a elite vigente. Dessa maneira, “a vida na cidade normatizada, distinguir-se por gosto e práticas elegantes [...]” (LEITE, 1996, p. 43).

Mas algo que deve ser questionado refere-se ao progresso e modernidade, para quem? Sendo que todo esse esplendor não envolveu todas as pessoas pertencentes dessa urbe.

Portanto, respondendo essa pergunta, esse projeto de desenvolvimento, viria a responder os interesses da camada privilegiada de Belém, que “buscavam legitimar as relações tradicionais de exploração da maioria trabalhadora da população” (LEAL, 2008, p. 31). Logo, o controle das práticas como a capoeira, o meretrício, o batuque, etc. sofreram com as intervenções do governo, sendo essas ações condenadas em nome do progresso. Segundo, os ideais de civilização elitista deveriam “ser combatidos os males da civilização” (OLIVEIRA, 2003, p. 166).

Além dessas práticas já mencionadas as chamadas “profissões duvidosas”, termo esse utilizado para designar ofícios como o meretrício ou “qualquer atividade de

subsistência praticada por mulheres” (LEAL, 2008, p. 48) também passaram por arraigadas perseguições.

A seguir veremos como as pessoas das camadas populares foram tratadas nos periódicos da época.

## **2. Código Penal de 1890 e a Imprensa: A perseguição aos capoeiras, meretrizes e vagabundos (as)**

A imprensa belenense noticiou no ano de 1890 no jornal *A Semana* uma passagem direcionada ao Desembargado Chefe de segurança, que designava a ele o combate das práticas consideradas perigosas para a manutenção da ordem pública. Dessa forma, o Desembargador Gomensoro deveria ficar atento com a malta de vagabundos, vadios e bêbados de profissão que segundo o articulista infestavam a cidade.

O Sr. Chefe de Segurança, desembargador Gomensoro, já reparou para a malta de vagabundos que infesta a nossa capital?

Depois daquele pega-pega, ainda no tempo da monarquia, ninguém quis mais reparar nos vadios, bêbados de profissão, que se reúnem pelas tascas, a provocar desordens e a insultar a gente séria. Que proteção é essa? [...] (A Semana 17 mar. 1890. p. 2 apud SALLES, 2015, p. 133).

Essas advertências eram constantes em periódicos da época. Algo que resultaria no ápice da perseguição desses sujeitos estavam contido com a promulgação do Código Penal de 1890. Logo, a política da capoeiragem segundo esse, caracterizava-se pela prática da destreza e agilidade corporal, na qual os capoeiras poderiam estar portando algum tipo de instrumento que pudesse causar ferimentos corporais em outras pessoas, como evidenciou o artigo 402 da constituição dizendo que:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. (Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Decreto nº 847 de 11/10/1890)).

A legislação proibia e criminalizava as pessoas que praticassem a capoeiragem, sendo que a pena para quem se enquadrasse nesses quesitos poderia variar de dois a seis meses de prisão, é mais o art. 403, ressalta que no caso de “reincidência” o indivíduo, poderia sofrer o “grau máximo” do Art. 400 que consiste na prisão por três anos em colônias penais.

Portanto, ao se falar sobre o que foi a política da capoeiragem, e de toda a dimensão que essa estava inserida, as maltas de vagabundos e vagabundas, vadios, bêbados de profissão, meretrizes, correspondiam bem mais do que foi citado pela legislação de 1890. A capoeiragem está ligada às práticas de resistência de pessoas que foram condenadas por

não estarem inseridas em um modelo proposto como civilizado. Suas vidas e hábitos correspondiam a valores diferentes daqueles propagados pela camada privilegiada. Esses populares buscavam nas ruas de Belém no início da República, meios para a sua sobrevivência, pois, aquela sociedade pouco dava oportunidades concretas para a inserção da população negra.

Nesse viés, as práticas de agilidade e destreza corporal fizeram parte da defesa de homens e mulheres dos segmentos populares de Belém, que resistiram a diversos tipos de mazelas sociais. Portanto, a capoeira foi um escudo contra as intervenções do Estado e suas campanhas de controle socioculturais.

Em relação aos jornais esses salientavam em seus títulos, ações que teriam sido cometidas por essas pessoas que atuavam nas ruas ou nas zonas de meretrício. Porém, algo recorrente nos recortes desses noticiários, esta relacionado com o tom moralizante dirigido as práticas da vagabundagem e do meretrício, onde cabia às autoridades tomar as devidas providências para que essas práticas fossem combatidas, pois, segundo os enunciados, elas desrespeitavam as famílias, a ordem e a moral pública da cidade. Logo, esses periódicos tinham diversas funcionalidades nessa sociedade, que iria desde informações sobre a economia, notícias estrangeira, entre outras e também a imprensa nesse momento empreendia o papel de divulgadora de campanhas moralista para as pessoas pertencentes aos segmentos populares.

Vejamos a forma que o articulista do jornal *Diário de Notícias* do ano de 1896 se direcionava as meretrizes e vagabundos.

Repetidas são as queixas que nos que nos chegam ao escritório contra meretrizes e vagabundos que tem o mau hábito de formar roda nas calçadas, impedindo o trânsito público e ofendendo a moral com palavras de baixo cuturno.

As autoridades e as praças de polícia no entanto, nada vêem e nada ouvem!!

Ainda ante-ontem, à noite, vimos na rua das flores, quase no canto da travessa passarinho, um dos tais acampamentos de desordeiros e ébrios, tomando o passeio n'uma extensão de três e quatro metros!

Queixamo-nos a patrulha de cavalaria que ali rondava, e esses soldados nenhuma providência tomaram, continuando as famílias por ali passavam, à pé ou a bond, a ouvir palavras obscenas e avinhadas de cachaça que aquela gente baixa esfera pronunciavam em tom bastante alto para as escutar um surdo.

Na rua da Trindade, esquina da do Carlos Gomes, fomos testemunhas das mesmas cenas de desrespeito à moral, e assim por quase todas aquelas que transitamos.

Ao conhecimento do sr. Ferreira Teixeira chefe de segurança pública, levamos as nossas queixas esperando enérgicas e sérias providências que o caso exige e que os seus auxiliares até hoje não tomaram, por provada myopia e comprovada surdez. (Diário de Notícias, 14 de agosto de 1896).

A imprensa era atribuída a uma missão de civilidade, onde esta possui uma atenção redobrada com as condutas das mulheres (FERREIRA, 1994, p. 100). Desse modo, ao se falar dos populares de Belém, em específico as mulheres que atuavam nas ruas, esses periódicos constantemente divulgavam nomes de sujeitas que estavam inseridas em práticas como a capoeira, a desordens a vagabundagem e a prática do meretrício. Sendo isso, os jornais que aqui serão analisados consistem em: *A Constituição*, *Diário de Notícias*, *Folha do Norte*, *A República* e *A Semana*. Através desses jornais notaremos modelos comportamentais dirigidos às mulheres, os lugares e as atividades nos espaços públicos e a resistência delas frente ao modelo comportamental imposto.

Ao analisar a atuação feminina na capoeira em Belém nesses jornais, nota-se nomes de mulheres que se destacaram como sujeitas ativas no universo da capoeiragem, exercendo um papel predominante em meio a um espaço de censuras.

A capoeira, por muito tempo foi vista, assim como o espaço das ruas, como algo restrito ao “universo masculino”, todavia ações de mulheres quebram com essa ideia, e demonstram a atuação ativas das mesmas em várias atividades, em espaços não domésticos.

Dessa forma, essas mulheres revelam “como elas possuem uma historicidade com relação às ações cotidianas, aos posicionamentos políticos, às relações entre os sexos e as múltiplas dimensões da realidade histórica e social” (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 160). Portanto, o envolvimento delas por meio do meretrício, brigas, ou pela prática da capoeira, retratam um pouco sobre suas vidas nos espaços públicos da capital paraense, fazendo assim seu protagonismo em meio a esses espaços.

Nos becos, nos botequins, nas zonas de prostituição, nas sombras das embriagadas noites se encontrava o universo dessas mulheres pobres. Protagonistas das arruaças e desordens, habilidosas com suas navalhas e seus cacetes, lá estavam as famosas vagabundas. (ARAS, OLIVEIRA, 2003, p. 169).

As famosas “vagabundas” eram mulheres que foram tidas como sinônimos de perturbação dos termos moralizantes, por terem desempenhado diversas ações como arruaças e desordens. Como resultado desses feitos, os jugos dos Códigos Penais e as ações policiais, entravam em vigor para que essas façanhas desempenhadas por elas fossem disciplinadas. Segundo Lina Aras e Josivaldo Oliveira, em relação ao discurso jurídico que recaiam sobre as mulheres dos segmentos populares:

Todos esses crimes, segundo o discurso jurídico, poderiam ser evitados se combatido, de forma eficiente, o elemento causador das transgressões: a vagabundagem. Eram essas mulheres consideradas vagabundas, um caso de polícia. Nos conceitos estabelecidos no Código Penal, como reflexo da compreensão que tinha aquela sociedade sobre as mulheres pobres que viviam do labor das ruas, seriam elas as “degradadas sociais” (ARAS, OLIVEIRA. 2003, p. 166).

O Código Penal é apresentado com um mecanismo de punição para as ações dessas mulheres. Logo, variadas formas punitivas eram apresentadas para que fossem freadas as condutas que não estavam contidas nos parâmetros normativos para aquilo que teria sido atribuído as mulheres como um comportamento aceitável.

Dessa forma, ao se estudar o comportamento feminino que fugia do que seria o “adequado”, segundo Raquel Barreto, os “grupos hierarquizados, sexualizados e racializados mantiveram ao longo da história inúmeras práticas de resistência, em alguns casos com releituras dos elementos da opressão” (BARRETO, 2005, p. 40).

Dessa maneira a seguir, será feita uma releitura sobre a atuação das mulheres envolvidas com a prática da capoeira e as que exerciam as chamadas “profissões duvidosas” que foram por muito tempo consideradas transgressoras das práticas modernas e civilizadas. Portanto, ao se referir a essas populares de Belém elas quebram com diversos mecanicismos comportamentais que foram atribuídos a elas principalmente sobre seus corpos.

### **3. Atuação das mulheres capoeiras e de “profissões duvidosas” na República paraense**

As notícias envolvendo, brigas, discussões, bate-bocas, protagonizado por mulheres no cotidiano de Belém foram comuns de serem retratados nos jornais. Esses comportamentos, pode se designar ao envolvimento das mulheres no mundo da capoeira, no fragmento do jornal *A Constituição* do ano de 1876 intitulado: *Que mulher capoeira!* Conta à história da “cafuzza Jerônima, escrava de Caetano Antônio Lemos” que foi presa às “7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia” (*A Constituição*, 21 de novembro de 1876. Apud. OLIVEIRA, LEAL, 2009. p. 122). O título do artigo do jornal associou Cafuzza Jerônima com a prática da capoeira. Nesse viés, esse periódico permite-nos analisar que no ano de 1876, a presença feminina estava ativa nesse meio. Portanto, esse fato trará a abertura para outras abordagens de passagens de outros jornais que possuem relatos semelhantes sobre essas mulheres capoeiras em Belém.

Dessa maneira, veremos a seguir mais um artigo do jornal *Diário de Notícias* do ano de 1896, onde dessa vez estavam envolvidas, Conrada Garcia, e sua irmã Antônia Garcia e Leopoldina Gonçalves, que moravam na travessa do Atalaia, e foram levadas à Estação

Policial, acusadas de “fazerem desordens, sobressaltando as famílias” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 ago. 1896. p. 2.apud OLIVEIRA, LEAL, 2009.p. 144). Portanto, essa notícia induz consideramos que as ações dessas mulheres estavam sobre uma vigília das autoridades que buscavam regulamentar os termos da moral pública nos espaços das ruas. Sendo o jornal um mecanismo utilizado para divulgar esses ocorridos, logo, a ideia de que esses atos feitos por essas mulheres causavam sobressalto a segurança das famílias paraense, era bastante pertinente nesses artigos, tal ideia, estava carregada de uma complexa idealização de moralidade comportamental, onde essas ações eram vistas como ruins.

Outro relato de incômodo que atingia os bons costumes das tradicionais famílias de Belém foi evidenciado no jornal *Diário de Notícias* do ano de 1897, onde uma mulher chamada de Maria Meia Noite foi acusada por conta das “imoralidades que pratica essa mulher quase diariamente”, assim as, “autoridade obrigasse a mesma a mudar-se d’ali, pois já não é a primeira vez que as famílias nos fazem essa reclamação” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 set. 1897. p. 1). Tal episódio enfatiza que as autoridades tomassem de imediato uma atitude que mudasse Maria Meia Noite daquele local, pois a mesma cometia imoralidades diárias. O jornal não deixa claro quais seriam as imoralidades que essa mulher cometia ali.

Essas mulheres que foram mencionadas nas passagens do jornal acima são repreendidas por seus comportamentos considerados inadequados. A acusação de sobressaltar as famílias paraenses com suas ações tornam-se um dos motivos para que elas fossem perseguidas pelas autoridades.

Elas foram consideradas: “*Tão perniciosas quanto os capoeiras*”, essa frase retirada do jornal *A República*, do ano de 1890; direcionada ao desembargador chefe de polícia Gomensoro para que ele desse caça aos vagabundos. Vejamos abaixo a passagem do jornal *A República* do ano de 1890.

Já que o honrado desembargador chefe de polícia está dando caça aos vagabundos que infestam esta cidade, lembramos-lhe a necessidade de estender suas redes até esses botequins indecentes que, à noite, regorgitam de prostitutas e desordeiras que vivem no deboche e na embriaguez.

Essas vagabundas, que por aqui andam aos montes desrespeitando as famílias honradas, são tão perniciosas quanto os capoeiras.

Será um serviço de grande merecimento que prestará o Sr. Desembargador Gomensoro à famílias paraense, mantendo para o mesmo destino dos vagabundos as vagabundas.(A REPÚBLICA. 11 de setembro de 1890, p. 1).

A prática da vagabundagem, a embriaguez e o meretrício foi representada pelo articulista como causadora da “desordem” da cidade, uma vez que o ideal republicano,

“estava em consonância com o surto modernizante e tinha como objetivo preparar o espaço público para o livre tráfego das famílias” (FERREIRA, 1994, p. 66). Portanto, a ênfase sobre as mulheres que atuavam no meretrício foi exposta com um enfoque bastante grande, pois, mais uma vez, elas eram acusadas de serem indisciplinadas e isso prejudicava os valores das famílias que faziam parte das camadas privilegiadas paraenses. Além disso, que eram tão perigosas quanto os capoeiras segundo o articulista do jornal. Consequentemente, “o comportamento irregular das mulheres pobres era constantemente noticiado” (FERREIRA, 1994, p 100). Essas notícias cabiam denunciar essas condutas dessas mulheres, por serem vistas como agravadoras do processo modernizador da cidade, sendo esse modelo baseado em princípios das classes privilegiadas.

Em nome das virtudes desse modelo, o papel atribuído ao chefe de polícia no combate dessas práticas para a manutenção de ordem pública burguesa, estava pautado em “estabelecer efetivamente as normas necessárias para o respeito e moralidade pública” (LEAL, 2008, p 50). Em síntese, cabia a polícia o papel de reprimir as ações dos populares que não estivessem dentro do aceitável para os princípios republicanos.

Assim, observa-se a perseguição àquelas pessoas que exerciam “atividades econômicas pouco valorizadas”, por muitas vezes nas ruas “da cidade, circulavam personagens urbanos incompatíveis com o progresso e a civilização” (LEITE, 1996, p. 130). Portanto, o trabalho com o meretrício, entre outros, eram atividades vistas como “ilícitas”, logo, sofriam com a proibição do seu exercício, primeiro porque Belém passava pelo processo de reordenamento da cidade, onde a política de embelezamento era uma das pautas principais desse processo, segundo esses ofícios eram considerados não dignos de serem praticados, pois, para a estética da capital, isso sairia do processo normativo de modernidade que essa capital buscava, terceiro esses pessoas das camadas populares que geralmente eram negros carregavam em suas heranças marcas do processo escravista, logo, os hábitos desses sujeitos eram vistos com negativos, marcas essas deixadas pelo processo de escravidão.

Os espaços de atuação desses trabalhadores (as) tiveram papel essencial: “Na conquista do espaço público, as mulheres pobres tiveram um papel fundamental. Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, as libertas foram no contexto da cidade exemplares mais significativos dos que venceram o desafio da rua” (FERREIRA, 1994, p. 99). Na luta diária, para a conquista desses espaços, esses não estavam escapes de brigas gerados por algum desentendimento entre as pessoas que transitavam por eles.

Veremos abaixo, uma passagem que mostrando a ação de mulheres envolvida em um confronto, no ano de 1893 na Travessa Bom Jardim, onde ocorreu uma briga entre uma lavadeira e sua rival que passavam por aquele local.

Dizem-nos que Maria da Conceição, lavadeira, encontrando ontem de manhã uma rival cujo o nome ignoramos, a travessa Bom Jardim, provocou-a e travou com ela grande luta, com os competentes puxões de cabelos e bofetadas, sendo finalmente acalmado o animo das beligerantes por alguma companheira que nessa ocasião passavam.

A policia não apareceu, o que concorreu para que o barulho terminassem em família. (Diário de Notícias, 27 outubro de 1893. p. 1).

A situação relatada demonstra que Maria Conceição, que era lavadeira provocou a sua rival, por algum motivo não aparente no jornal e travou com ela grande luta, portanto, verifica-se que essas mulheres envolvidas na briga não seguiam os modelos de comportamentos que eram impostos a elas.

O Jornal *Boa Nova* do ano de 1877 apresentou uma diferença entre a mulher “cristã” e a mulher “mundana”, segundo o jornal, “não tem por fim precisamente formar a mulher mundana, mas educar a mulher cristã, cuja vida deve ser ditada pelos ditames da lei evangélica.” (A Boa Nova 3 fev. de 1877, p. 2). Observa-se na citação os ditames cristãos e da família que foram dirigidos as mulheres cristãs, para as mundanas, essa educação cristã não deveria ser direcionada, o jornal não enfatiza o porquê, porém existiam regras sendo “As mulheres de elite estavam submetidas a regras que envolviam aspectos diferenciados daqueles às quais se submetiam as mulheres pertencentes a grupos sociais subalterno”. (ARAS, OLIVEIRA, 2003, p. 164).

Dessa forma, no que tange as mulheres negras, segundo Bell Hooks,

[...] no século XIX o público branco retratou a mulher negra como personificação de todos os traços negativos que eram usualmente atribuídos ao sexo feminino como um todo, enquanto a mulher branca era a personificação de todos os traços positivos, no século XX o público branco continuava esta prática. (HOOKS, 2014, p. 129).

Nesse sentido, essas diferenças entre as mulheres brancas e negras refletem os vestígios de uma sociedade recém-saída do período escravocrata. Consequentemente a isso, uma das formas que essas mulheres desenvolveram para garantir sua sobrevivência em meio a uma sociedade desigual e que não dava alternativas para garantir seu sustento, foi a utilização-do seu corpo como forma de ganhar seu sustento em meio a uma sociedade que pouco se importavam com a vida dos negros e negras. Nesse viés;

Nos primeiros tempos após a Abolição interferia também no processo de prostituição a degradação moral a que tinha sido reduzida a mulher negra. Desmistificava-se, entretanto, com a universalização do salariado, o fundamento econômico da prostituição. (SAFFIOTI, 1974, p. 96).

O autor Oliveira ao abordar sobre os trabalhos desenvolvidos por mulheres pobre verificou que:

[...] atividades produtivas, como era o caso das ganhadeiras, cuja atividade econômica de venda de seus produtos dependia quase que exclusivamente da sua circulação pelas ruas em busca dos compradores de suas mercadorias. Outras mulheres também circulavam pelas ruas em busca de seus afazeres, outras ainda, para o oferecimento de seus serviços, como era o caso das prostitutas. (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 118-119).

Portanto, os trabalhos considerados “ilícitos”, foram uma forma encontrada para driblar as dificuldades do dia-a-dia e garantir sua sobrevivência. Dessa maneira, a passagem abaixo demonstra a perseguição a malta de vagabundos e as mulheres de “profissões duvidosas”. Vejamos na citação do jornal *Correio Paraense* do ano de 1892 sobre o assunto.

Não é a primeira vez que a imprensa do Pará chama a atenção do digno Dr. Chefe de segurança para a malta de vagabundos e mulheres de profissões duvidosas que reúnem-se à rua de Belém, em um frege fronteiro ao trapiche da companhia do Amazonas, e ai, com palavras indecentes, disputam, resultando muitas vezes em sérias brigas.

Não há famílias que possa passar por aquele lugar sem que não seja ofendida em seu pudor. Reproduzem-se sempre essas cenas porque, dizem-nos, não tem patrulha n'aquela local. (CORREIO PARAENSE, 8 de novembro de 1892)

Existia uma “missão civilizacionista” onde “a imprensa teve olhares atentos para o comportamento moral das mulheres” (FERREIRA, 1994, p. 100). Dessa forma, segundo LEAL, uma sequência de artigos publicados pelo *Diário de Notícias* entre abril e maio de 1893, sob a epígrafe Fatos e Boatos, “também segue o mesmo estilo de denúncias contra o comportamento feminino e a relação com a política” (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 148).

Nesse viés, os documentos que apontam para o envolvimento das mulheres, resultaram em publicações constantemente direcionadas ao governo para garantir a segurança da República como veremos na citação a seguir.

Seria conveniente que o governo tomasse qualquer medida em ordem para garantir as instituições republicanas na PRATINHA: há ali tantas mulheres, o sexo forte é coisa tão diminutamente respeitada ali, que não será para admirar o vermos qualquer dia as referidas mulheres aclamarem d'entre si uma soberana, revivendo por esse modo o domínio da rainha Crinoline. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 março de 1892)

O artigo intitulado *O Reinado das Mulheres* publicado no ano de 1892 pelo jornal *Diário de Notícias* apela para as autoridades no sentido que eles tomassem as devidas medidas contra as mulheres do Bairro da Pratinha, pois, ali havia mulheres do sexo forte que poderiam prejudicar a ordem das instituições republicanas.

Outro artigo que evidencia a ocorrência de um conflito envolvendo mulheres, foi publicado no ano de 1893 sob a epígrafe (Fatos e Boatos) que trata da história de uma mulher nomeada como “Joana Maluca” que segundo o articulista era “monarquista de papo vermelho” Joana, entra em confronto com sua rival chamada de “Boneca de Acapú”. Segundo Leal: “o articulista não podia deixar passar a ocasião de associar à maluquice de Joana a sua opção política” (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 148).

Em outro relato no dia 27 de abril de 1893 o nome de “Joana Maluca” aparece novamente, nesse caso, envolvida em uma reunião na Rua do Rosário.

A Joanhinha mais conhecida como Joana Maluca, ontem às 8 horas da manhã, fez reunir muita gente na Rua do Rosário quando fazia uma conferencia sobre Floriano.

Quando aproximei-me do grupo ela dizia ao meu primo Ouro Preto, há de acabar com estes republicanos de meia pataca antão é que quero ir no Rio de Janeiro pá capá o sem vergonha do Floriano.

O Floriano que se livre de Joana.

Que sentença! (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 abril de 1893. p. 1).

Nota-se nessa passagem, a resistência de Joana frente ao Regime republicano, sendo que ela menciona que o seu ‘Primo’ Ouro Preto, que ficou conhecido como Visconde de Ouro Preto, uma figura politica do regime monárquico, que seria responsável, segundo a visão de Joana Maluca, por acabar com os republicanos de “meia pataca”. Joana também ressalta a sua vontade de ir até o Rio de Janeiro “pá capá” o sem vergonha de Floriano, sendo esse, um militar político que foi vice-presidente e depois o segundo presidente do Brasil já no Regime da República.

Há ainda nesse mesmo dia e no mesmo jornal a história de:

Uma mulatinha de cabelinho nas ventas e chinelinha nos meios dos pés escovou maravilhosamente a lata dum condutor de bonde, ante-ontem às 8 horas da noite no largo de Nazaré por que este queria beijá-la.

Mau negocio é o de pedir beijos e receber bofetadas até chorar.

E dizem que pancada de amor não doe safa? (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 abril de 1893. p. 1).

Ao se examinarem a citação acima se verifica que essa mulher que foi apenas mencionada como “mulatinha”, ela escovou maravilhosamente a lata dum condutor de bonde, ou seja, ela bateu nesse condutor, pois, ele tentou beijá-la sem seu consentimento, essa mulher deu tantas bofetadas nele até fazer ele chorar. O articulista do jornal expõe de forma sarcástica esse fato dizendo que: e dizem que pancada de amor não doe safa?

Em 1893, o Jornal *Diário de Noticias* relata a história de Maria das Dores entrou que em um confronto com Maria Galinha às 8 horas da manhã por conta de “um trovador de esquina que era o Romeu d’aquela” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, 30 abril de 1893).

Em virtude dos fatos mencionados nas passagens de jornais nota-se nelas posição política e também forma referente ao comportamento feminino, sendo esse ultimo algumas vezes mencionado de maneira pejorativa, pois, quando a passagem faz menção às mulheres de alguma forma elas são retratadas como “maluca”, “mulatinha”, “boneca de Acapú”, sendo esses, termos usado para chamara atenção com uma forma sensacionalista para esses jornais, e que acabam reproduzindo de forma preconceituosa as narrativas referentes a essas mulheres.

Porém, mesmo com essas visões hostis, lançadas sobre elas, podem-se observar as posições tomadas por essas mulheres, em determinadas situações do dia-a-dia. Vejamos mais um desses casos.

### *Amor, golada e faca*

Ontem ao meio-dia, à avenida almirante Tamandaré, em frente a rua Bom Jardim, houve um espetáculo de luta, em que faziam de gladiadores duas saias.

Liduína Alves Mascarenhas, uma cor de café com leite que tem roxa paixão por um indivíduo vagabundo, foi encontrá-lo em serviços com Maria José da Conceição.

Não se conteve a amante travar e começou por um discurso, depois passou a afogar o ciúme nuns copitos da *branca* e acabou por espalhar-se, na porta do cortiço n° 5, em jogos de capoeiragem, tentando, afinal por abaixo a porta do quarto da rival.

Ninguém se lhe podia encostar que não levasse uma rasteira.

Mas... repentinamente, abre-se a porta do quarto e a Maria José descasca uma faca e passa dois golpes na adversária, sendo um na cabeça e outro no sobr'olho esquerdo.

Houve reboliço e intervenções, sendo as duas separadas. A polícia compareceu e recambiou as lutadoras para o xadrez; indo também fazer-lhe companhia uma pitonista discursadeira Odorica Maia conhecida por *Barriguda*, que na ocasião, batia palmas. (FOLHA DO NORTE. Belém, 28 fevereiro de 1911).

A história a acima, foi relatada no jornal *Folha do Norte* no ano de 1911, sobre a epígrafe: “Amor, golada e faca”, sendo que esse espetáculo de luta ocorreu na Rua Bom Jardim, onde se faziam presentes gladiadores duas saias, ou seja, duas mulheres travaram uma luta pelo motivo ocasionado por ciúmes, pois, Liduína Alves Mascarenhas, era apaixonado por um indivíduo cujo jornal o chamou de vagabundo e que estava tendo um caso com Maria José da Conceição. Desse modo, Liduína Mascarenhas pegou ele no fraga com sua amante, assim, uma discursão foi travada e tempo depois *jogos de capoeiragem* entraram em cena, portanto, ninguém podia encostar nessa briga, pois, levaria rasteiras, facas foram utilizadas nessa luta sendo ela usada para dar golpes na cabeça e sobre os olhos. Em relação à rasteira, esse é um golpe característico em jogos de capoeira e a utilização de instrumentos como facas eram comuns de se utilizar nessa arte/luta. “No Brasil, os negros não só aprimoraram sua técnica. como ampliaram seus recursos de agressão - ou defesa-, incluindo navalhas, facas, paus e cacetes”. (SALLES, 2015. p. 122).

Por fim, o desfecho da história acaba com a presença da polícia ocasionando a prisão das duas mulheres que foram parar no xadrez e ficaram na mesma cela de uma pitonista discursadeira Odorica Maia conhecida por *Barriguda*, que na ocasião, batia palmas.

Essa história protagonizou mais um caso de mulheres na prática da capoeira. Analisando os elementos que o articulista utilizou para descrever esse fato os movimentos corporais são de suma importância para se comprovar ainda mais as habilidades de mulheres no universo da capoeiragem. Onde, nesse “espetáculos de saia”, rasteiras e facas foram utilizadas como mecanismos de defesas, quebrando com a ideia que por muito tempo dizia que a capoeira era espaço exclusivo dos homens.

Outro relato que contem passagens sobre a participação de mulheres na capoeira foi publicada no jornal *Diário de Notícias* do ano de 1893, sobre a manchete intitulada: *História pândega*.

Era uma vez um bombeiro muito metido a sebo e que tinha vontade de prender um pequeno que levava na cabeça um tabuleiro quando passava junto do palacete.

Uma mulher ia atrás, e o menor, vendo a intenção do bombeiro, pôs-se de atalaia, resmoneando: - se tu fores capaz de encostar, encosta, cabra!

O bombeiro armou o bote e num abrir e fechar de olhos botou os gadanhos no pequeno, que assustou-se e deixou cair o tabuleiro da cabeça.

A mulherzinha, que estava com a pulga na orelha, cresceu com uma fúria para o bombeiro, e quando este quis botar valentia levantando a mão para aplicar-lhe um trunfo, *ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta e uma tremenda bofetada estremeceu na cara do bombeiro.*

Nova menção de valentia. *Nova capoeiragem da mulher e... zás! Tome bolacha na cara, seu bombeiro...*

Aí o cabra fraquejou. Vendo que não era mulher pra homem, tirou o capacete da cabeça, fez a pontaria e arremessou-o contra a mulher.

Errou o alvo ainda desta feita.

*A bichinha abaixou-se, torceu o corpo, deixou o capacete passar e, enquanto este rolava pelos paralelepípedos, ela botava de novo os 5 mandamentos na cara do bombeiro.*

*A luta era desigual. O valente conheceu a sua fraqueza; pôs sebo às canelas e azulou para o quartel, debaixo de tremenda vaia.*

*Isto aconteceu ao lusco-fusco de terça-feira desta semana.*

*O mulherzinha badeja". (grifos do autor). (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, 12 janeiro de 1893).*

A história relata o caso de uma mulher cujo nome não foi evidenciado, e que deu uma tremenda bofetada em um bombeiro que estava querendo bater em um menino que levava um tabuleiro na cabeça. Nota-se que crianças trabalhavam nos espaços das ruas da cidade, algo visto como comum nesses espaços urbanos. Assim, "o trabalho de menores, sob orientação feminina, fazia parte do cotidiano das trabalhadoras de Belém" segundo (PANTOJA, 2001 apud OLIVEIRA, LEAL. 2009, p. 155) outro ponto importante, consiste nos movimentos corporais que a mulher desempenhava ao se defender e atacar o bombeiro. Pirueta, bofetada e torção no corpo, essas agilidades corpóreas exultadas por essa mulher mostra que o corpo servia como o elemento principal de sua defesa para se proteger dos ataques que ela esteve sujeita. SALLES escreveu que "o negro escravo organizou seu próprio sistema de defesa. E começou usando o próprio corpo" (SALLES, 2015, p. 121).

Outro aspecto que se destaca na passagem acima refere-se à valentia da mulher em relação à situação que ela se encontrava, onde se falou sobre uma nova menção de valentia e mais, sobre uma *nova capoeiragem de mulher*.

No Pará, a experiências das mulheres dos segmentos populares nas ruas de Belém, foi motivo de atenção do poder público, pois, elas representavam uma ameaça para o processo normativo da manutenção da ordem, logo, deveriam seguir um modelo comportamental. Nesse viés: “O corpo se expressava no comportamento social e este, para ser aceito, deveria seguir normas específicas” (OLIVEIRA, LEAL. 2009, p. 138) como foi o caso das mulheres que frequentavam as zonas de meretrício e as capoeiras. E para que isso fosse legitimado, a criação de Códigos de Posturas foi decisiva para tratar “da regulamentação dos variados aspectos de vida social e cultural da cidade” (LEAL, 2008, p. 51), ou seja, os indivíduos, principalmente aqueles que integravam a camada popular, que não se enquadrassem nesses códigos seriam repreendidos e muitas vezes presos por condutas que desmoralizavam a moral pública e cívica das cidades.

Dessa maneira, quando se fala em capoeira deve-se ter em mente que essa prática tinha como participantes tanto homens quanto mulheres, logo, a ideia de que a capoeira era exercida somente pelo público masculino, não é verídica. Portanto, mulheres estiveram presentes há muito tempo no exercício da capoeiragem nas ruas da capital paraense.

Assim sendo, contar a história dessas paraenses das camadas populares da cidade de Belém, que foram excluídas por muito tempo dos relatos históricos, evidência a construção e o fortalecimento dessa prática cultural afro-brasileira que é a capoeira. Desta forma, a: “Liberdade que o negro começou a conquistar e a defender com o próprio corpo. Com a capoeira” (SALLES, 2015, p. 148), é visível nos indícios dessas mulheres paraenses. A capoeira vem destacar o protagonismo que elas desempenharam ao longo do tempo, na construção da história da capoeira no Pará. As mulheres estavam presentes nessa sociedade mostrando o quanto a força feminina resistia às mazelas sociais as quais elas foram submetidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências de mulheres na capoeira marcaram o cotidiano da República paraense. Essas mulheres atuaram em meio a um espaço repleto de censuras direcionadas a elas. Porém, isso não impediam-nas de atuarem como protagonistas no universo da capoeira. As experiências diversas retratadas pelos jornais republicanos paraense permitiram visibilizar algumas dessas sujeitas que resistiam as mazelas sociais que a elas foram submetidas. Dessa forma, as experiências delas nas ruas de Belém revelaram as práticas sociais e as estratégias e sua sobrevivência. Em suma, as mulheres capoeiras quebram totalmente com as condutas que foram dirigidas a elas sobre um padrão de comportamento, seus corpos foram um dos principais elementos de resistência em meio a essa sociedade.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### A. IMPRESSA

*A Boa Nova*. Belém, 3 fevereiro de 1877.  
*A Constituição*. Belém, 21 novembro de 1876.  
*A República*. Belém, 11 de setembro 1890.  
*A Semana*. Belém, 17 março. 1890.  
*Correio Paraense*. Belém, 8 de novembro de 1892.  
*Diário de Notícias*. Belém, 12 de janeiro 1893.  
*Diário de Notícias*. Belém, 13 março 1892.  
*Diário de Notícias*. Belém, 27 abril 1893.  
*Diário de Notícias*. Belém, 30 abril 1893.  
*Diário de Notícias*. Belém, 14 de agosto de 1896.  
*Diário de Notícias*. Belém, 23 agosto. 1896.  
*Diário de Notícias*. Belém, 28 setembro 1897.  
*Diário de Notícias*. Belém, 27 outubro 1893.  
*Folha do Norte*. Belém, 28 fevereiro 1911.

#### B. Álbuns Fotográficos

Belém. Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). *Álbum de Belém*: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renourd, 1902

*BELÉM DA SAUDADE*: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém, Secult, 1996. (B.S.)

#### C. Legislação

*Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil* (Decreto nº 847 de 11/10/1890).

#### Bibliografia

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *Mulheres, Violência e Cidade: "Demônios de Saias" na Belém Oitocentistas*. João Pessoa: ANPUH, 2003.

ARAS, OLIVEIRA. *Sob a pena da lei: Mulheres pobres e marginais*. Vitória da Conquista: POLITEIA: Hist. e Soc. 2003.

BARRETO, Raquel de Andrade de. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela B e Lélia Gonzalez*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

DIAS, Rebeca. CHAVES, Celma. *A cidade a partir do edifício: narrativas urbano-edilícias na cartografia histórica de Belém (1886 a 1912)*. São Paulo: XVII ENAUPUR, 2017.

HOOKS, Bell. *Ain't I a woman Black women and feminism*. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

LEAL, Luiz Augusto P. *A Política da Capoeiragem: A História Social da Capoeira e do Boi-Bumbá no Pará Republicano (1888-1906)*: 1ª Edição, Belém: EDUFBA, 2008.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916*. Salvador-Bahia: UFBA, 1996.

FERREIRA, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita*. Salvador-Bahia: UFBA, 1994.

OLIVEIRA, Josivaldo P, LEAL, Luiz Augusto P. *Capoeira. Identidade e Gênero: Ensaio sobre a história social da Capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. 2ª ed, Belém: Paka-Tatu, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis- RJ: Vozes 1974.